



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

Ata da Reunião Ordinária da Conatrae

Data e Horário: 27 de junho de 2017, de 14h às 17h30

Local: Sala de Reunião Plenária – Ministério dos Direitos Humanos (Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar – Brasília/DF)

Participantes:

**Adilson Carvalho –
MDH/CONATRAE**

Alberto Carvalho – ANADEP

Antonio Mello – OIT

Augusta Machado -PRF

Camila Assis- MDH/CONATRAE

Carlos Eduardo Chaves – CONTAR

Daniel Dias –CFOAB

Dayane Coelho – Coetrae/MA

Eduardo Santanna - CNI

Evandro – CPT

Fabiana Galeno -DPU

Flavia Piovesan –MDH

Gabriela Madrid – Policia Federal

**Herbal Lacerda – Ministério da
Defesa**

Laíssa Pollyana do Carmo - Contag

Lucia Neves – AGU

Luciana Conforti -ANAMATRA

Lucilene Binsferd – IOS

Mauricio Brito - MPT

Mércia Silva – InPACTO

Nathanael Silva -MRE

Olga Machado -SINAIT

Ricardo Rezende – GPTEC/UFRJ

Rodrigo Higueneu - CNA

Thais Batista - AGU

Vera Jatobá –SINAIT

Xavier Plassat - CPT

1) Coordenação – CONATRAE

a. Abertura

Flávia Piovesan – deu boa tarde a todas e todos e iniciou a reunião com a leitura da proposta de pauta.

Carlos Eduardo Silva – lembrou que, na reunião em Porto Alegre, foi aprovado o convite para a Ministra participar dessa reunião. Perguntou se houve alguma resposta e cobrou a presença da Ministra.

Adilson Carvalho – informou que a secretaria executiva da Conatrae encaminhou, imediatamente após a reunião de Porto Alegre, o memorando ao gabinete da Ministra pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e que, até o dia anterior, não havia recebido retorno algum.

Carlos Eduardo Silva – propôs que fosse feita moção de repúdio à forma como a Ministra vem tratando a Conatrae. Recordou a reunião que alguns membros da Conatrae tiveram com a Ministra, na qual ela solicitou que fosse elaborado um documento com os pleitos da comissão ao Ministério de Direitos Humanos. Ressaltou que esse documento foi enviado e que não foi recebida nenhuma resposta. Disse que a Conatrae vem alertando constantemente sobre o prejudicial silêncio da Ministra sobre pautas delicadas como a luta contra o trabalho escravo. Justificou a necessidade da moção para contrapor o sentimento de que a Conatrae seja apenas um espaço que legitime o governo atual na discussão do trabalho escravo. Questionou se vale a pena participar da Conatrae se a intenção do governo for apenas mostrar internacionalmente que enfrenta o trabalho escravo. Destacou que a Conatrae está subordinada à Ministra e que, em outros momentos, as/os chefes da pasta sempre participaram da reunião.

Adilson Carvalho – sugeriu que fosse feita uma rodada de apresentação e que os participantes já se manifestassem sobre a proposta apresentada pelo Carlos Eduardo.

Foi feita uma rodada de apresentação.

Luciana Conforti – após se apresentar, avisou que enviou e-mail com retificação da fala do colega que representou a Anamatra na reunião de Porto Alegre e pediu que fossem feitas as alterações na ata. Parabenizou a Flavia pela eleição para mandato na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Adilson Carvalho – reforçou a necessidade da plenária se manifestar sobre a proposta de moção sobre a ausência da ministra na reunião da Conatrae e sugeriu que o Carlos Eduardo Silva apresentasse uma proposta de texto.

Luciana Conforti – ponderou se seria o caso de fazer já uma moção de repúdio ou elaborar um documento para manifestar o descontentamento pela ausência. Concordou que a Conatrae precisa ser prestigiada e que a Ministra deve realmente participar das reuniões, mas demonstrou preocupação com o momento político atual.

Flávia Piovesan – se somando à Luciana Conforti, perguntou se esse foi o primeiro convite enviado e não respondido ou se já houve precedentes.

Carlos Eduardo Silva – disse que esse foi o primeiro convite aprovado em plenário. Explicou que em outros momentos houve a expectativa de participação da Ministra pelo histórico de envolvimento de outros chefes da pasta. Destacou que há uma inquietação em relação à atenção dada aos temas relacionados à erradicação do trabalho escravo. Demonstrou grande preocupação com a situação, uma vez que, provavelmente, a Ministra que escolherá a sucessora da Flávia em janeiro de 2018. Colocou que a pauta

não está tendo o respeito necessário. Considerou que não vê problema nenhum em manifestar nosso descontentamento profundo.

Xavier Plassat – se somou à manifestação do Carlos Eduardo, observou o silenciamento da Ministra sobre tantas pautas importantes de direitos humanos que vem ocorrendo no Brasil. Posicionou-se favorável à elaboração de um documento que deixe explícito o repúdio e o descontentamento profundo da Conatrae.

Flávia Piovesan – defendeu a linha proposta pela Luciana Conforti, pois considera forte o nome “moção de repúdio”. Deu exemplos de possíveis registros do descontentamento, mas em um tom mais ameno.

Luciana Conforti – disse que compartilha o posicionamento da Flávia Piovesan e que é possível expressar o que foi colocado na discussão, mas de uma forma não tão dura.

Vera Jatobá – declarou que o Sinait acompanha o encaminhamento a favor da moção de repúdio pelas razões já declaradas pela Contar e pelas complementações da CPT.

Rodrigo Hugueney – concordou com a Secretária e sugeriu o envio de um ofício com a ata da nossa reunião em anexo. Considerou que pode ser um pouco precipitado e que pode criar uma indisposição desnecessária. Destacou a necessidade de se encaminhar a questão com agilidade para que a pauta da reunião fosse retomada.

Maurício Brito – ressaltou a existência de precedentes ao recuperar a memória da reunião com a Ministra. Declarou que não se sabe o destino do documento enviado, que não houve qualquer resposta. Concluiu que há uma grande falta de interesse por parte da Ministra.

Adilson Carvalho – registrou que não há nenhuma manifestação contrária sobre a produção do documento, mas uma divergência em relação ao tom do documento. Sugeriu que o Carlos Eduardo termine a proposta e que esse ponto fosse retomado já com uma minuta pronta.

b. Aprovação das atas da Reunião Ordinária de 16/05/2017 e da Reunião Ordinária 13/12/2016.

Adilson Carvalho – perguntou se havia alguma observação sobre as atas pendentes de aprovação.

Rodrigo Hugueney – justificou que não conseguiu enviar as alterações da ata da Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2016 no tempo estabelecido e se comprometeu a de mandar na sexta-feira (30/06/2017).

Eduardo Sant’Anna – apontou a necessidade de retificação de uma de suas falas na ata da Reunião de Porto Alegre (Reunião Ordinária de 16 de maio de 2017) sobre a dupla visita e pactuou que enviará o detalhamento por e-mail.

Adilson Carvalho – afirmou que as alterações sugeridas pela CNA, CNA e Anamatra serão feitas e deu por aprovado as duas pautas.

2) As relações políticas e institucionais entre as pautas de trabalho escravo e tráfico de pessoas

Maurício Brito – salientou que os temas de trabalho escravo e de tráfico de pessoas são organizados de forma conjunta em grande parte dos países, entretanto no Brasil isso não acontece. Fez a leitura da definição de tráfico de pessoas contida no Protocolo Adicional da Convenção de Palermo, principal documento que regulamenta o tema mundialmente. Destacou que quase todas as formas de caracterização do tráfico de pessoas estão vinculadas ao universo do trabalho e da exploração laboral. Ressaltou que há, no arcabouço teórico, uma profunda relação entre trabalho, direitos humanos e tráfico de pessoas, o que influencia a forma como os temas são tratados em âmbito internacional. Lembrou que, no Brasil, o trabalho escravo é discutido na seara dos direitos humanos, enquanto a discussão sobre tráfico de pessoas fica localizada no Ministério da Justiça. Apontou as consequências dessa diferença na abordagem e no foco de cada tema. Enfatizou que, no cotidiano, há uma distinção em como se lida com situações de trabalho escravo quando há tráfico de pessoas e em situações de trabalho escravo quando não há tráfico de pessoas. Apresentou a possibilidade de se pensar em formas de tratar os temas de forma mais conjunta e com maior intersecção e, conseqüentemente, com maior eficácia no combate ao problema. Expôs que não se trata de fazer uma nova comissão, mas sim de aproximar as abordagens para o enfrentamento conjunto. Considerou que a forma atual é contraproducente e demanda um retrabalho das instituições.

Adilson Carvalho – colocou sua opinião de mérito sobre a proposta. Falou que no trabalho de articulação com os estados essa questão é enfrentada constantemente. Citou o exemplo de Minas Gerais, que tem um comitê que aborda os dois temas, e do Maranhão, onde há o pensamento de se fundir as pautas. Apontou a necessidade de se refletir sobre a proposta com bastante cuidado, pois há ganhos e perdas nesse processo. Lembrou que a institucionalização de estruturas depende de diversas circunstâncias. No caso do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, destacou que são processos bem distintos. A Conatrae tem um caminho histórico e a Conatrap possui outra trajetória. Considerou que seria muito interessante juntar as pautas, entretanto, ressaltou que o trabalho escravo ainda é um tema muito pouco compreendido pela sociedade. Citou como exemplo a dificuldade do trabalhador se identificar como escravizado. A pauta do trabalho escravo ainda precisa de mais tempo para conquistar uma maior aderência da sociedade. Deu como exemplo algumas situações que ainda não foram abordadas pela Conatrae: trabalho escravo para exploração sexual, trabalho escravo em ambiente carcerário, trabalho escravo doméstico. Defendeu que ainda é necessário difundir a pauta e mobilizar a sociedade para garantir uma institucionalidade própria.

Antônio Mello – afirmou transitar entre as falas do Maurício e do Adilson. Mencionou a integralização do Protocolo de Palermo na legislação nacional por meio do artigo 149-A do Código Penal. Observou de invisibilizar a questão do trabalho escravo nesse momento político ao se juntar as pautas. Citou exemplos de estados nos quais essa junção já está ocorrendo: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia. Ponderou que talvez seja

o momento propicio de coordenar melhor as duas pautas sem juntá-las de forma imediata.

Flávia Piovesan – endossou a posição do Antônio. Destacou as aproximações entre o trabalho escravo e o tráfico de pessoas e estratégias que podem ser dialogadas. Propôs convidar a Conatrap para a próxima reunião com a intenção de entender o nível de institucionalidade e avaliar melhor os caminhos de aproximação. Resumiu os próximos passos: ouvir a Conatrap em reunião na Conatrae, fazer balanços e expectativas da articulação, realizar uma reunião interna e desenhar caminhos para atuação específica.

Luciana Conforti – recordou que o CNJ tem uma comissão que junta os dois assuntos e solicitou que o CNJ fosse convidado a relatar sua experiência em reunião da Conatrae.

Mércia Consolação – destacou a importância de confluir as agendas. Citou a discussão internacional no âmbito da segurança por conta do terrorismo. Apontou a necessidade de tocar também no tema do trabalho infantil.

Fabiana Severo – sugeriu que fosse feita uma aproximação sem perda dos espaços próprios. Lembrou que a separação dos temas é também influenciada pela política internacional (OIT e ONDC) e que há, internacionalmente, uma tendência de aproximação. Apontou que, nos casos concretos, no atendimento às vítimas, há necessidade de trabalho conjunto e que isso gera maior articulação das comissões sobre trabalho escravo, tráfico de pessoas e migrações nos estados. Disse enxerga muita vantagem nas aproximações, inclusive na parte de recursos e no diálogo com a comunidade política e com a sociedade em geral. Propôs a construção de uma agenda conjunta.

Dayana Coelho – apresentou como a discussão vem sendo feita no Maranhão, já que se tem apenas uma coordenação para tratar dos 2 comitês. Concordou com a preocupação do Adilson e apontou a necessidade da Ministra se envolver nessa conversa para melhorar essa articulação.

Carlos Eduardo Silva – resgatou que isso já foi feito na Conatrae com a realização de evento sobre migração e refúgio. Registrou que na plenária da Comigrar foi aprovada uma moção contrária à alteração do conceito de trabalho escravo.

Xavier Plassat – declarou alinhamento com a discussão e citou a campanha da fraternidade da CNBB contra tráfico de pessoas. Sugeriu organizar um encontro entre as duas comissões para estabelecer o diálogo e conhecer melhor as pautas.

Adilson Carvalho – manifestou convergências com as propostas de meio termo e afirmou que a atuação não pode ser estanque, que a integração deve acontecer. Destacou que se trata de escolher estratégia de política pública: focar ou tratar de forma ampla. Recomendou que se aproximem mais as agendas, mas defendeu ainda ser necessário o foco para a pauta do trabalho escravo.

Ricardo Rezende – realizou apontamentos sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo.

Luciana Conforti – sublinhou a necessidade de se pensar no Protocolo 29.

Adilson Carvalho – fez um resumo das propostas elencadas: realizar ações de aproximação, convidar o CNJ para discutir o tema, realizar encontros das duas

comissões e convidar alguém da coordenação da Conatrap para a próxima reunião da Conatrae.

Natalia Suzuki – solicitou que o Adilson compartilhasse o debate da Conatrap com os membros da Conatrae.

3) Caso Fazenda Brasil Verde

Adilson Carvalho – ao iniciar ponto 3 da pauta, passou a palavra para o Xavier.

Xavier Plassat – agradeceu o espaço dado ao Caso Fazenda Brasil Verde e realizou apresentação detalhada sobre o tema. Chamou atenção para os documentos distribuídos. Lembrou que a sentença deve servir para evitar retrocessos no combate ao trabalho escravo. Citou as testemunhas indicadas pela CPT e pela CEJIL. Apresentou uma linha do tempo e frisou o quanto foi conturbado o caminho de quase 20 anos. Salientou a inércia e omissão do estado brasileiro no caso, o que inviabilizou a assinatura de termo de solução amistosa, como o caso José Pereira. Indicou algumas ações para Conatrae: realizar evento(s) de divulgação da sentença para operadores de direito e divulgar a sentença para gestores de políticas públicas. Informou que, após a reunião de Porto Alegre, a SDH respondeu a CPT sobre os documentos necessários para recebimento das indenizações.

Lucia Neves – realizou breve esclarecimento sobre a sentença. Informou que o estado tem um ano para apresentar um relatório sobre os primeiros passos da execução da sentença. Disse que a solicitação do governo brasileiro sobre a sentença não toca na questão de mérito, mas aborda dois pontos, sendo o primeiro relacionado a custos, gastos e pedido de reembolso de custas e o segundo sobre modalidade de pagamento e problema de localização das vítimas.

Ricardo Rezende – mencionou lista, disponível no site do Gpetec, de 1.103 fazendas no sul do Pará que cometeram crime de trabalho escravo e destacou que a Fazenda Brasil Verde apareceu 12 vezes desde 1986. A primeira denúncia é de 1986. Disse que os grandes casos de trabalho escravo no sul do Pará e na Amazônia envolvem grandes conglomerados, grupos de grande volume financeiro, empresas de capital financeiro industrial, que não eram casos de pessoas desinformadas, que havia muitos homicídios de trabalhadores escravizados. Concluiu que essa situação deflagra um crime gravíssimo de omissão do estado e da sociedade envolvente.

Flávia Piovesan – considerou fundamental a proposta do Xavier se de fazer um seminário e sugeriu que o evento subsidiasse uma publicação. Sobre o Seminário, sugeriu apresentar uma abordagem contextual e envolver o sistema de justiça, do executivo e do legislativo e que acontecesse em setembro ou outubro. Sobre a publicação, considerou pertinente destacar os impactos do Caso Fazenda Brasil Verde. Lembrou que as sentenças da corte são ambiciosas e complexas e que seus cumprimentos não acontecem de repente, há um processo de implementação. Sublinhou a relevância de divulgar e difundir a sentença no Brasil e em outros países da América Latina.

Mércia Consolação – lembrou da questão do racismo envolvida nesse processo. Propôs envolvimento do setor patronal no seminário para falar sobre o que está sendo feito.

Rodrigo Huguene – solicitou a disponibilização da apresentação e alteração da data da reunião de setembro.

Daiana Coelho – falou sobre o programa estadual de enfrentamento do trabalho escravo e perguntou da possibilidade de discutir esse programa no Seminário ou na próxima reunião da Conatrae.

Adilson Carvalho – apresentou o encaminhamento de discutir o programa do Maranhão na próxima reunião da Conatrae. Sobre o seminário, indicou a necessidade de se pensar na data.

Fabiana Severo – apresentou a proposta de aproveitar a reunião do Gpetec (16, 17 e 18 de outubro, no Rio de Janeiro) para fazer o Encontro Nacional das Coeatraes. Fez um histórico da importância do Encontro Nacional das Coeatraes. Sugeriu que Encontro das Coeatraes fosse realizado nos dias 19 e 20 de outubro, no Rio de Janeiro.

Adilson Carvalho – destacou que o seminário sobre o caso Fazenda Brasil Verde e o Encontro Nacional das Coeatraes possuem públicos distintos.

Xavier Plassat – diante dessa proposta apresentada pela Fabiana, indicou a possibilidade de se fazer o seminário no início de novembro. Propôs que fosse montado um grupo para pensar nesse evento.

Foi realizado debate sobre a agenda da Conatrae e as possíveis datas dos eventos sugeridos.

Luciana Conforti – recomendou a realização do seminário em data casada com reunião ordinária da Conatrae.

Adilson Carvalho – pediu que a plenária se manifestasse sobre a formação do grupo de trabalho para pensar o seminário sobre o caso Fazenda Brasil Verde.

Vera Jatobá – colocou o desejo do Sinait de integrar o grupo para pensar o seminário. Adicionalmente, solicitou esclarecimento sobre os encaminhamentos de moções da Conatrae aprovadas anteriormente vinculadas ao Sinait.

Adilson Carvalho – respondeu os questionamentos da Vera e reforçou a necessidade de se formar o grupo.

Carlos Eduardo Silva – parabenizou a CPT pelo trabalho no caso Fazenda Brasil Verde e fez o convite ao Xavier para apresentar o tema no seminário da Conatrae.

Xavier Plassat – sobre o seminário, ponderou que é possível pensar em diversos eventos para diferentes públicos. Pontuou que essa proposta está direcionada aos operadores do direito.

Fabiana Severo – concordou plenamente com o Xavier sobre o público do evento e ressaltou a importância de o seminário atender o sistema de justiça.

Adilson Carvalho – de acordo com as manifestações, declarou que o grupo de organização do seminário será composto por CPT, Sinait, MDH, Anamatra e OAB.

Anunciou o compromisso da secretaria executiva da Conatrae em pensar a articulação das agendas (seminário, Encontro Nacional das Coetraes e III Plano) e apresentar antes da próxima reunião.

Fabiana Severo – destacou a relação do encontro das Coetraes com o Pacto Federativo.

4) Apresentação dos resultados do projeto em São Paulo, com migrantes, com exibição do minidocumentário de 9 minutos (Repórter Brasil);

Natalia Suzuki– apontou a necessidade de suscitar o debate sobre a relação da pauta de trabalho escravo e as migrações. Questionou sobre a ausência da representação do MDS na Conatrae, uma vez que é um órgão fundamental nos processos de resgate e acolhimento da vítima. Considerou ser de altíssima relevância garantir a participação do órgão que faz a assistência social por ser a assistência às vítimas o ponto de maior entree na política de combate ao trabalho escravo. Mencionou que a lei de migração foi sancionada e que há relações dessa lei com o resgate de migrantes internacionais. Sugeriu que a Conatrae realizasse um evento com a participação de entidades que já fazem atendimentos aos migrantes para estabelecer uma relação com o combate ao trabalho escravo. Indicou que poderia ser um eventual tema do Encontro Nacional das Coetraes. Citou como exemplo o caso do Amazonas. Informou que, por conta da limitação do tempo, enviará o vídeo do minidocumentário por e-mail.

Fabiana Severo – agradeceu a Repórter Brasil por trazer o tema. Ressaltou a relevância de se discutir a vinculação com a lei de migração. Sobre a ausência do MDS, reforçou a necessidade desse contato pois a DPU não dá conta dos encaminhamentos da assistência social. Mencionou um acordo de cooperação técnica sobre a inclusão nos programas sociais para prioridade do atendimento.

Natalia Suzuki – apontou os casos do Maranhão e da Bahia pensar se pensar o pós-resgate. Constatou que há uma demanda reprimida de formação dos trabalhadores e que o foco da assistência é fundamental para a real eficácia da política.

Fabiana Severo – recomendou que fosse feito contato com os órgãos que firmaram o acordo para obter informações e que fosse articulado o retorno do MDS às reuniões da Conatrae.

Adilson Carvalho – indicou a necessidade de ter outras rodadas de discussão sobre o tema. Apontou os seguintes encaminhamentos: incluir o tema da migração no Encontro Nacional das Coetraes, articular o retorno do MDS às reuniões da Conatrae e fazer contato com os órgãos sobre o acordo de cooperação. Registrou pedidos de desculpas à Vera por eventual indelicadeza quando foi discutida a formação do grupo de trabalho para organização do seminário.

Vera Jatobá – aceitou as desculpas do Adilson.

5) Documento à Ministra

Carlos Eduardo Silva – conforme acordado no início da reunião, fez a leitura da minuta da carta à Ministra.

Foi aberto momento para apreciação do documento e foram indicadas alterações. Todas as sugestões feitas pela plenária foram acatadas e foi dado ao documento o nome de “nota pública”.

6) Calendário

Eduardo Sant’Anna – perguntou sobre a possibilidade de alterar a data da reunião de setembro, transferindo-a para a última semana.

Foi feita nova discussão sobre as agendas das reuniões ordinárias e demais eventos da Conatrae.

Adilson Carvalho – indicou a alteração do calendário no mês de setembro e anunciou que as reuniões ordinária e extraordinária da Conatrae acontecerão nos dias 26 e 27 de setembro. Declarou que as alterações serão encaminhadas por e-mail.

7) Informes

Adilson Carvalho – lembrou da realização do Seminário sobre as reformas trabalhistas e os impactos no combate ao trabalho escravo no dia seguinte.

Carlos Eduardo Silva – relatou uma situação de paralização em uma usina em Campeste, no Maranhão que gerou notificação ao sindicato. Informou à Daiana que enviará a documentação para que a Conatrae auxilie nos desdobramentos.

Daiana Coelho – informou que há, no Maranhão, uma comissão de prevenção de violência no campo e na cidade que pode auxiliar na mediação desse conflito. Pediu que Carlos Eduardo enviasse as informações detalhadas do caso.

Carlos Eduardo Silva – comprometeu-se a socializar a documentação.

Luciana Conforti – disse que pode conversar com o presidente da Amatra do Maranhão para auxiliar no caso.

Raquel Martins – comunicou sua saída da equipe da Coordenação Geral da Conatrae e agradeceu a todas e todos pelo aprendizado.